

EM NOME DO MALUFISMO

A reunião de segunda-feira entre o presidente João Figueiredo e os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica e EMFA, presenciada também pelo chefe do Gabinete Militar e pelo chefe do SNI, serviu para uma análise do documento entregue na semana passada pelo general Walter Pires, o almirante Alfredo Karam, o brigadeiro Délio Jardim de Mattos e o brigadeiro Waldir Vasconcelos, propondo medidas objetivas capazes de assegurar a vitória de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral.

Aquilo que o porta-voz palaciano rotulou genericamente de análise do momento político tratou-se, na realidade, de criteriosa avaliação dos 13 itens do documento de trabalho dirigido a Figueiredo pelos ministros militares, que serviu de roteiro para o primeiro esforço efetivamente sério, por parte do governo, em favor do candidato do PDS.

Para que Maluf seja eleito, impõe-se, segundo a visão dos ministros militares expressa no documento, a adoção de um elenco de medidas, como o engajamento efetivo e não apenas formal dos ministros civis — todos eles — no esforço em prol do candidato pedesista, evitar opiniões e ações conflitantes por parte dos chamados "ministros da casa", Ludwig, Medeiros e Leitão de Abreu, este por sinal ausente da reunião eminentemente castrense realizada na tarde de segunda-feira em Brasília. E ainda: eliminar o "bloqueio da imprensa" contra o candidato governista e contra o próprio governo; dar "sentido concreto" à atuação das Forças Armadas, que não se pode restringir "ao campo das palavras"; finalmente, mediante a integração do presidente da República nesta estratégia destinada a derrotar Tancredo Neves, conferir-lhe, de maneira inequívoca, "a centralização do processo".

Via Embratel

Um dos lances táticos desta estratégia para a vitória malufista prevê a criação, sem comunicação oficial, de um grupo destinado a coordenar as ações de campanha, dentro do governo, com a participação, entre outros, do presidente da República, do ministro Leitão de Abreu, se enquadrado, do presidente do PDS, deputado Augusto Franco, e dos líderes do PDS no Senado, Aloísio Chaves, e na Câmara, Nelson Marchezan.

A integração entre os setores civis e militares do governo se faria através de reuniões sistemáticas dos quatro ministros militares, tanto para "acompanhamento do processo político" quanto para fins de comunicação social. O comando incontestável por parte do presidente da República, nessa ação integrada anti-Tancredo, ficaria evidenciado pelo compromisso dos ministros militares de submeterem a Figueiredo suas avaliações periódicas em todos os campos.

Pelo plano dos ministros militares, cada "ministro da casa", isto é, Ludwig, Leitão e Medeiros, deve-

Os ministros militares querem jogo bruto para salvar a candidatura Maluf. E fizeram um



plano prevendo inclusive pressões à imprensa por parte de órgãos do governo e a demissão dos que não apoiarem.

rá ter missão específica, para que não haja superposição ou conflito entre eles. Ou seja, um claro ultimato ao ausente da reunião de segunda-feira, o jurista João Leitão de Abreu, que, na medida em que Figueiredo aceitar o plano — e há evidências de que já o fez, pelo menos em parte —, deverá enquadra-se ou despedir-se.

Delfim e Andreazza

Delfim Neto e Mário Andreazza são os únicos ministros referidos expressamente no plano. Deste, exige-se "definição política sem subterfúgios e apoio efetivo ao candidato partidário". Isso já aconteceu, pois na manhã de segunda-feira o ministro do Interior telefonou ao governador Jair Soares, do Rio Grande do Sul, pedindo-lhe pronta definição em favor de Maluf. Quanto a Delfim Neto, deve ser orientado no sentido de que a liberação de recursos para os Estados seja autorizada previamente por João Figueiredo, num plano de ação política integrada junto aos governadores de Estado. No caso em questão, interpretações à parte, os ministros militares orientam o presidente sobre como ele, supostamente o condutor do processo, deveria orientar os ministros em favor da candidatura do deputado Paulo Maluf.

As referências expressas a Andreazza e a Delfim não excluem a participação dos outros ministros. A estes, incumbiria produzir relatórios periódicos de suas ações concretas em apoio do candidato oficial. Na ausência destas, rua.

Pressões

O documento de trabalho elaborado pelas cúpulas militares defende uma nova estratégia de comunicação social, "mais agressiva e mais sofisticada". E, de passagem, não poupa críticas ao porta-voz Carlos Átila e, principalmente, àqueles que o abastecem de informações, ao preconizar "o restabelecimento da credibilidade pública do porta-voz, pela valorização do peso de suas informações".

A agressividade e a sofisticação têm endereços certos. Tudo se processaria por duas vias, confluindo para um mesmo objetivo: 1) criação, sem comunicação oficial,

de um grupo encarregado de pressionar a imprensa, orientado pelo chefe do Gabinete Militar, Rubem Ludwig, com o apoio do Dentel, Receita Federal, Serviço Nacional de Informações — SNI — e o porta-voz da Presidência da República; 2) fazer sentir aos presidentes das empresas de comunicação — televisão, rádio, jornais e revistas — o desagrado do governo com o maior destaque dado ao candidato da oposição e mostrar as possibilidades de composições de mútuo interesse. Há uma recomendação expressa: que este interesse do governo seja manifestado através do diálogo.

Finalmente, uma advertência taxativa: todos os envolvidos nesta operação devem ser conscientizados de que "o tempo disponível é mínimo".

O rumo perigoso, mas não surpreendente, que a sucessão presidencial vai tomando evidencia o seguinte: as cúpulas militares, através dos respectivos ministros, optaram por ações reservadas, a tal ponto se revelaram desgastantes algumas das manifestações de Pires, Délio e Karam, sob a forma de ordens do dia, discursos e declarações à imprensa. Essas manifestações não tiveram, junto ao chamado público interno, a receptividade esperada, razão pela qual a pressão sobre o presidente da República passou a ser feita pelas cúpulas, que supostamente refletiriam o pensamento de Exército, Marinha e Aeronáutica. Supostamente, é bom frisar.

E a Democracia?

Esta pressão, ao que tudo indica, surtirá efeito apenas parcial, pois na medida em que a ela se curvasse de maneira incondicional, o presidente João Figueiredo estaria renegando seu juramento democrático. Estaria moralmente deposto. Isto se aplicaria, sobretudo, no que diz respeito às pressões sobre a imprensa, quando acena com composições num prato da balança e ameaças no outro, num claro ato de gangsterismo político. Quanto à participação do SNI e da Receita Federal neste processo, eis a maior evidência de que a comunidade de informações perdeu a cerimônia e o "leão" é apenas a ponta do iceberg, não sendo difícil imaginar-se, com base em avaliações de um passado recente, a natureza das operações que poderiam vir a ser desencadeadas, numa escalada de terrorismo político sem precedentes.

Pelo menos aparentemente, Maluf mantém-se à margem deste planejamento que se desenvolve em seu proveito. Realidade ou mistificação?

Seja como for, do ponto de vista institucional, trata-se de uma tentativa de golpe. Golpe branco. Sem tanques, sem tiros, sem sangue. Afinal, passou o tempo em que a Vila Militar botava a tropa na rua. Hoje, as coisas são mais discretas. Não obstante, um golpe militar. **Tout court.** Ao melhor estilo de 1984. **Evandro Paranaíba**



A reunião dos ministros militares com o presidente Figueiredo agitou o Congresso. Os políticos querem saber o que se discutiu.

Os ministros militares foram interpelados ontem, na Câmara, a explicarem com detalhes a reunião mantida segunda-feira com o presidente Figueiredo, durante a qual foram estudados planos para ajudar a candidatura Paulo Maluf, diante do crescimento da candidatura oposicionista de Tancredo Neves.

A iniciativa foi da liderança do PDT, enquanto nos meios militares prevalecia a opinião de que a reunião não deve ser interpretada como parte de algum plano de intervenção militar no processo político. Algumas fontes voltaram, inclusive, a garantir que as Forças Armadas se mantêm afastadas da política, voltadas à sua missão constitucional, e devem respeitar o resultado da votação no Colégio Eleitoral, vença Tancredo ou Maluf.

Foi um dia de preocupações em Brasília, nos meios políticos, até mesmo com rumores — desmentidos — de que o líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, teriam renunciado.

Na Câmara, a liderança do PMDB pediu, por sua vez, explicações do Exército sobre a prisão de quatro militares do Centro de Informações do Exército, pegos em flagrante pela Polícia Civil de Brasília por estarem pichando muros com cartazes de apoio dos comunistas a Tancredo Neves, às vésperas da convenção do PDS, segundo a denúncia da revista **Veja**.

A matéria de **Veja** recebeu no entanto um desmentido oficial do Centro de Comunicação Social do Exército. Em nota à imprensa, o Centro considera a notícia "destituída de qualquer fundamento, uma vez que nenhum integrante

E a oposição exige explicações dos ministros

Os políticos temem uma intervenção militar no processo sucessório, como resultado da reunião.

dessa organização militar (Centro de Informações do Exército) teve qualquer participação nos fatos denunciados por aquele semanário".

Na Câmara

"Não renunciarei. Só se me renunciarem...", respondeu o líder do PDS, Nelson Marchezan, ao ser informado dos rumores sobre sua renúncia, negando também que Leitão de Abreu teria pedido demissão. No plenário da Câmara, o líder do PDT, Brandão Monteiro, pediu explicações aos ministros militares sobre a reunião com Figueiredo e indagou: "Que tipo de análise da conjuntura foi feita? Será que foi uma reunião para produzir novas formas de o sr. Paulo Maluf ter apoios? Os senhores ministros têm de explicar à Nação essa reunião, que, até agora, está muito camuflada e não conhecemos as razões dela".

Fala-se, de acordo com o comentarista Carlos Chagas, que essa reunião deverá resultar em ações contra Tancredo Neves, em novas demissões nos altos e baixos esca-

lões de funcionários ligados aos dissidentes do PDS e em respostas contundentes a políticos como o ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, e outros que se uniram à oposição.

Ainda na Câmara, falando em nome do PMDB, o deputado Hélio Duque (PR) elogiou o ministro da Previdência, Jarbas Passarinho — por ter declarado que se alguém lhe pedir favores em benefício da candidatura Maluf poderá ouvir "palavrão do ano" —, e também a atitude do ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, coronel Confúcio Pamplona, que renunciou por não concordar "com a pressão do ministro da Indústria e do Comércio, Murilo Badaró, para que o IAA se transformasse em comitê eleitoral do candidato do PDS".

Já o deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), em nome da liderança do partido, leu a notícia publicada por **Veja** sobre a prisão dos militares do Ciex e comentou: "Tem razão a Nação de ficar toda preocupada, porque não saíram da memória ainda o plano Cohen, que serviu para Getúlio dar o golpe, nem os acontecimentos do Riocentro".

Em Belém, no entanto, poucos dias depois do anúncio do comício de Tancredo Neves, dia 12 de outubro próximo, em vários pontos da cidade começaram a aparecer pichações de apoio dos comunistas a Tancredo.

E, em São Paulo, o comandante do II Exército, general Sebastião Ramos de Castro, falando na comemoração do 40º aniversário da participação do Brasil na Segunda Guerra, garantiu que "o ambiente é de calma" e defendeu a condução do processo sucessório com "serenidade, equilíbrio e sem radicalismos desnecessários".